

<t>Encontro de Mulheres do PT

<sub>Junho de 1997

<tx>Este é um texto preparatório aos Encontros Setoriais de Mulheres do PT. Seu objetivo é contribuir para a discussão nos Encontros Estaduais e ser o texto-base ao Encontro Nacional de Mulheres do PT que será realizado nos dias 20, 21 e 22 de junho, em Belo Horizonte. É um texto ainda incompleto e aberto a contribuições. Queremos chegar ao Encontro Nacional com um documento que aborde o conjunto de nossa pauta e reflita uma elaboração coletiva de diferentes companheira que se dedicam ao trabalho feminista no PT.

<inter>I - A situação política nacional e as mulheres

<tx>Emenda 1.

O Brasil que queremos mudar

Desde o fim da ditadura militar, a burguesia vem tentando realizar uma ampla e sólida composição em torno de um projeto capaz de hegemonizar e unificar política e organicamente a dominação capitalista no país. O processo em curso, iniciado no governo Collor/Itamar, ganhou contornos mais nítidos com a eleição de Fernando Henrique, que procura aprofundá-lo no seu governo e abrir as portas para sua consolidação através de um novo mandato.

Subserviente aos interesses do grande capital financeiro e seus parceiros nacionais, o governo segue à risca o receituário perverso do Consenso de Washington. Aliena a soberania nacional, destrutura a economia, leiloa o Estado e seu patrimônio, desvia dinheiro público para o setor privado, retira os direitos sociais elementares do povo, aprofunda medidas que jogam na miséria, aumenta as práticas fisiológicas, convive com escândalos diários, ao mesmo tempo que promove uma campanha aberta contra as organizações e propostas populares.

A Medida Provisória recentemente publicada é o exemplo cabal da política imposta pelo governo, sempre contrária às necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras.

O governo Fernando Henrique Cardoso tem colocado em prática várias políticas de ajuste para se adequar ao modelo neoliberal. Suas ações têm se caracterizado pelo corte nos gastos sociais, privatização das empresas estatais, abertura do mercado brasileiro ao capital internacional e perda de uma grande quantia de dinheiro para pagar a dívida externa.

Essas políticas agravam as condições de pobreza e de concentração de renda e dificultam o desenvolvimento econômico e a existência de uma real democracia. A lógica que prevalece é a da circulação internacional de capitais e um novo período de acumulação.

No Brasil, assim como outros países da América Latina, a lógica centrada na integração ao mercado mundial a qualquer preço, privilegia a estabilização da moeda à promoção de investimentos produtivos e geração de emprego. Ao restringir o mercado interno e desvalorizar a força de trabalho, mediante a redução dos direitos trabalhistas, o governo só consegue consolidar uma inserção internacional dependente, conservadora e excludente de setores significativos da sociedade.

Emenda 2:

~~A resistência popular~~

Conscientes da natureza reacionária e dos efeitos desastrosos de tais políticas, as forças democrático-populares vêm resistindo, mas de forma pouco conseqüente e eficaz. As iniciativas de resistência jamais deixaram de existir. As iniciativas parlamentares, as inúmeras greves e mobilizações já acontecem em números muito próximos aos ocorridos em período de ascenso. No entanto, carecem de unificação e falta-lhes, sobretudo, amplas mobilizações de massa que abram caminho para uma contra-ofensiva.

É importante ressaltar a força da luta camponesa, dirigida pelo MST que tem conseguido polarizar a sociedade, apontar alternativas às políticas governamentais, envolver amplos segmentos sociais e colocar a reforma agrária nos debates nacionais, alterando a agenda governamental.

Os recentes posicionamentos da OAB, da ABI, da intelectualidade, de magistrados e, principalmente, da CNBB e de outros setores religiosos a respeito do neoliberalismo, da

reforma agrária, da privatização da Vale, dos direitos democráticos e as denúncias contra o Governo Federal marcam a retomada da expressão pública das forças progressistas no interior da sociedade.

A vitoriosa Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça, e as manifestações do dia 17 apontam no sentido de retomada das mobilizações, da necessidade da construção de uma ampla unidade das forças democráticas e populares e a possibilidade de unificação de amplos contingentes sociais que avancem num projeto alternativo para o país, que se contraponha ao modelo neoliberal, numa perspectiva socialista.

<it>Conseqüências para a vida das mulheres

<tx>Na América Latina, em 1990, a pobreza atingiu um total de 60 milhões de pessoas e esse aumento se deve aos centros urbanos principalmente aos lares com chefia feminina. A maioria das 1.300 milhões de pessoas que vivem no mundo em condições de extrema pobreza são mulheres e famílias encabeçadas por mulheres. Quanto ao emprego, nos anos oitenta houve uma transferência de mão-de-obra das atividades de maior produtividade e remuneração para outras de produtividade e remuneração menor. As principais mudanças do emprego assalariado nos anos 90 foram: 1) Perda da importância do emprego industrial e aumento dos assalariados no setor terciário; 2) Queda do emprego público; 3) Aumento da ocupação na pequena e micro-empresa; 4) Diminuição do emprego doméstico.

Com o crescimento da crise econômica nos anos 90, o aumento da pobreza nos países dependentes, os organismos internacionais como o Banco Mundial redefinem a sua estratégia. Parte-se de uma avaliação de que determinados setores da população não serão integrados e, portanto, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas que busquem suprir algumas das necessidades básicas dos grupos marginalizados ou não integrados à economia, como mecanismos de minimizar as tensões sociais. Nesta nova estratégia, as mulheres são identificadas como um alvo importante das políticas de desenvolvimento. São criados, então, programas de promoção das mulheres que melhorassem o seu status e com isso alterassem sua situação na área de educação, qualificação ocupacional e na saúde. As mulheres passaram, assim, a ser um elemento essencial para diminuir a pobreza ou para as políticas compensatórias.

A integração ao mercado de trabalho é enfocada por uma avaliação de que as mulheres ajudam financeiramente na família. São desenvolvidos projetos produtivos e de geração de renda visando o complemento da renda familiar. Nesta visão, ao trabalho doméstico se acrescentariam trabalhos de manufatura, aumentando a produtividade e desenvolvendo o trabalho doméstico de maneira “mais eficiente”, a fim de atender às necessidades de alimentação e saúde dos demais membros da família e com isso contribuir no crescimento econômico.

Estas políticas não levaram em conta que em dois terços do mundo as mulheres são chefes de família. Não representam apenas um complemento da renda familiar.

Além disso, tais programas também respondiam a uma política que visava obter o controle sobre o crescimento demográfico e promover o desenvolvimento industrial em todas as nações. O aumento do nível educacional, o trabalho fora de casa e remunerado das mulheres passam a representar um mecanismo útil para diminuir a fecundidade e ao mesmo tempo para suprir a demanda de força de trabalho.

As políticas neoliberais, a globalização da economia capitalista, o livre mercado pioram as condições de vida das mulheres, aumentam a pobreza, a desnutrição, um maior número de mulheres saem do mercado de trabalho e ficam sem direito a convênios ou aos médicos do INSS, o que dificulta o acesso à saúde para ela e os demais membros da família. Elevam-se as taxas de morbidade e mortalidade maternas. As tensões, o sofrimento contribuem para que as mulheres prejudiquem sua saúde mental.

Essas políticas enfatizam o individualismo e a competição, transformam tudo em mercadoria, inclusive as relações e serviços que prestam às mulheres. Somando-se a isso a desregulamentação das relações de trabalho, esta equação só tem um resultado: aumento da miséria.

A resposta do neoliberalismo ao agravamento da pobreza é o atendimento de urgência a grupos de risco mediante programas compensatórios como o Programa Comunidade Solidária. Nada que venha mudar a situação, mas apenas reforçar uma política assistencialista que não objetiva melhorar as condições de vida das mulheres e, muito menos, qualificar sua entrada no mercado de trabalho.

<t>Trabalho

<tx>De acordo com estudos do Seade, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho no Brasil passou de 48,8% em 1995, para 50,2%, em 1996. Nos anos 90, a taxa de participação feminina vem se expandindo continuamente, tendo crescido 4,1 pontos percentuais entre 1989 e 1996. Contudo, as oportunidades ocupacionais para as mulheres ampliaram-se com intensidade muito menor (0,4 pontos percentuais). Assim, a grande maioria das mulheres que se incorporam ao mercado de trabalho estão confrontadas com uma situação de desemprego.

Em 1996, o rendimento real médio das mulhere será equivalente a aproximadamente 60% da remuneração média obtida pelo contingente de homens ocupados.

A redução das ofertas de emprego formal leva a um aumento do número de mulheres que vão para o mercado informal onde, em geral, não têm nenhuma garantia de assistência médica, ganham menos e não têm assegurados os direitos trabalhistas. Além disso, um grande número de mulheres pertence a categorias menos organizadas, que tem menos força para negociar seus direitos.

Podemos destacar alguns elementos importante na situação de trabalho e emprego das mulheres:

1) O aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e no número de horas dedicado ao trabalho remunerado. Apesar do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho registrado nos últimos anos, as mulheres foram incluídas em um sistema extremamente segregado. Concentram-se no setor terciário dos centros urbanos. Aquelas que têm maior nível de escolaridade estão em empregos médios: secretárias, professoras, enfermeiras, grupo ligado à ampliação de serviços estatais de educação, saúde e previdência social e as que têm menor nível de escolaridade concentram-se no serviço doméstico remunerado.

2) Concentração das trabalhadoras em setores não estruturados e de baixa produtividade. No comércio trabalham como empregadas de empresas e trabalhadoras autônomas, com uma grande proporção de ambulantes. Na indústria as mulheres foram perdendo espaço e se concentraram em algumas áreas industriais: vestuário e calçados entre outras. O processo de terceirização desencadeado no Brasil não está vinculado necessariamente a mudanças estruturais no processo de desenvolvimento industrial, mas a uma estratégia de resolução de problemas conjunturais, através da redução do emprego, da precarização das relações de trabalho e da fuga à legislação trabalhista.

Um dos principais alvos da terceirização é o setor de apoio das empresas principalmente as áreas de restaurante, copa, limpeza, vigilância, recursos humanos, telefonia, transporte. Os seus principais efeitos são: aumento do desemprego, degradação das condições de trabalho, degradação salarial, ausência de legislação, terceirização a domicilio, desorganização sindical. Para as mulheres não é um fenômeno recente, trata-se para elas de uma modalidade de relações de trabalho já antiga. Essa tradição é ampliada pelas exigências do processo de produção que inviabilizam sua permanência nas grandes empresas e impelindo-as cada vez mais para as relações precárias de trabalho.

3) As mulheres rurais sempre trabalharam mais na pequena produção vinculada à casa. Com o local de trabalho cada vez mais distante da casa foi dificultado o maior acesso das mulheres ao trabalho assalariado. Assim, as mulheres passaram a firmar contratos curtos, receber pela produção e trabalhar na clandestinidade, se sujeitando a trabalhos de curta duração. Foram perdendo as atividades artesanais nos mercados locais pela substituição de mercadorias industriais. Desde o fim da década de 70 principalmente entre as jovens aumentou a proporção das mulheres nos cultivos intensivos, seja para os mercados locais como para exportação e nas agroindústrias.

Na reforma agrária sofrem discriminações no acesso à terra, pois os homens recebem privilégios como chefes de família ignorando lares chefiados por mulheres e o direito das mulheres casadas a uma participação conjunta. Além disso, têm limitado acesso ao crédito. Além disso não contam nem mesmo com a pouca estrutura material para a realização do trabalho doméstico que as mulheres urbanas têm, por esse motivo despendem maior esforço físico e tempo, o que limita ainda mais as oportunidades econômicas, culturais, políticas, sociais, recreativas das mulheres rurais.

Existem muitos impedimentos para a mulher se tornar uma pequena produtora: 1) jurídicos, pela ausência de direito ao lote. Para o INCRA, por exemplo, a existência de um homem impede a mulher de receber lote de terra, pois segundo este órgão o grupo familiar sem chefe não tem força de trabalho suficiente para produzir; 2) Dificuldades de acesso ao crédito e 3) Dificuldade de acesso à tecnologia, os cursos são para os homens e, freqüentemente, as tarefas que as mulheres realizam não foram mecanizadas.

4) Diminuição do emprego público. É bom não esquecermos que uma grande parte do funcionalismo público são mulheres. A queda da estabilidade por exemplo, sem dúvida afetará brutalmente as trabalhadoras neste setor.

5) Queda nos níveis gerais de renda e da renda em relação aos homens.

6) Crescimento do setor informal, através da precarização do emprego com crescente importância do trabalho temporário e em tempo parcial. Enquanto 82,8% dos trabalhadores a domicílio são mulheres, os homens representam 70% dos que trabalham em lojas e lugares públicos. Além disso, constata-se que as negras trabalham mais em domicílio que as brancas. Por outro lado, há uma entrada prematura no mercado de trabalho das crianças e adolescentes. Na América Latina por exemplo 33 milhões de crianças estão trabalhando.

O setor informal adquire modalidades variadas e ganhos também variados. No comércio as mulheres se concentram como ambulantes, na produção e venda de produto alimentícios e serviços de rua, na produção artesanal e domiciliar para a venda de uma enorme variedade de mercadorias, sendo as principais alimentos e roupas.

<it>Trabalho em condições precárias e redução de direitos

<tx>Este quadro das condições de trabalho é agravado pela política que vem sendo implementada pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

O governo tem divulgado várias medidas que têm o objetivo de enfraquecer as negociações coletivas e proibir as greves, retirar direitos dos trabalhadores e enfraquecer os sindicatos. É uma política que pretende eliminar as leis que regulamentam estes direitos deixando a negociação para cada categoria.

Entre as medidas que retiram os direitos dos trabalhadores estão:

✕ Nos dissídios coletivos a Justiça do Trabalho tem retirado vários direitos sociais das convenções e acordos coletivos

✕ Portaria do Ministério do Trabalho ampliou o tempo que a empresa pode utilizar o trabalho temporário.

✕ Governo anulou a Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho, que deveria vigorar desde o início de 1996, que inibe a dispensa imotivada.

✕ Mudança no artigo 442 da CLT abriu caminho para a contratação através de cooperativas fantasmas de mão-de-obra sem que nenhum direito trabalhista precise ser assegurado aos trabalhadores e trabalhadoras.

Emenda 3

Humanização das Relações de Trabalho e Redução da Jornada

Considerando a inserção de novas tecnologias e as suas conseqüências no processo de globalização que resultam, entre outras coisas, em aumento de produção em menor quantidade de horas trabalhadas, por um lado, e aumento da concentração de renda, tanto da exploração, aumento nos lucros e exclusão, especialmente das mulheres, propomos: Redução da jornada de trabalho para homens e mulheres, para 30 horas sem redução de salários.

além de combater efetivamente o desemprego, esta proposta possibilitaria uma humanização das relações de trabalho e produção, a introdução do direito ao lazer e prazer, a divisão da educação dos filhos e proximidade nas relações familiares, uma nova dimensão da paternidade e maternidade.

<it>Educação, Creche e serviços públicos

<tx>A omissão do Estado nas políticas sociais de educação, saúde, habitação, transporte, obriga as mulheres a buscarem soluções precárias que, em geral, aumentam sua sobrecarga, além de não garantir condições mínimas de qualidade e segurança nos serviços. É o caso, por exemplo, das creches improvisadas, mantidas por vizinhas, “mães crecheiras” etc. E ainda assim, tais “soluções” são extremamente limitadas. Na grande maioria dos casos, as crianças de 0 a 6 anos ficam em casa

sob o cuidado de irmãs mais velhas ou pelas ruas, engrossando o enorme contingente de crianças de rua. Emenda 4

Educação

A Lei de Diretrizes e Bases aprovada recentemente no Congresso neste último ano, apesar de considerar a educação infantil parte da Educação Básica, mantém a divisão tradicional entre creche (0 a 3 anos) e pré-escola (3 a 6 anos).

Além disso, o governo criou um Fundo de Ensino Fundamental e Valorização do Magistério que não prevê recursos para a educação infantil, bem como para educação especial e educação de jovens e adultos. Isto significa a dificuldade de ampliação ao atendimento às crianças de 0 a 6 anos, bem como a desestruturação das redes municipais que sofrerão esse impacto diretamente, abrindo cada vez mais espaços para a privatização do ensino.

Este problema é crucial pois além de ferir o Estatuto da Criança e do Adolescente atinge a vida das mulheres que ainda continuam sendo as principais responsáveis pela educação dos filhos.

A consequência política do governo Fernando Henrique Cardoso é colocar na prática, milhares de crianças em situação de risco.

A Unesco estima que nos anos 90 as taxas de escolarização para as pessoas entre 6 e 23 anos de idade em toda a América Latina, é de 63,3% para as mulheres e 64,6% nos homens. No entanto persiste nestes mesmos países o analfabetismo, que é maior na população feminina. Dados do Brasil relativos a 1991 indicam um total de 18,9% e deste percentual 20,2% são mulheres e 17,5% são homens.

Os distintos níveis de educação formal repercutem na inserção ocupacional, nos métodos contraceptivos e em termos mais gerais na forma como as mulheres enfrentam as necessidades cotidianas.

Apesar dos avanços na escolarização das mulheres, a maior presença feminina na escola não significou até agora uma melhoria de sua capacidade de negociação e reconhecimento da qualificação no trabalho. A escolarização não lhes garante salários iguais aos salários masculinos. Para se ter uma idéia, uma mulher precisa estudar de 8 a 11 anos para ganhar igual a um homem que estudou de 1 a 3 anos. As mulheres negras precisam de 4 anos a mais de estudo que as brancas para ganhar igual a elas.

Emenda 5

Além disso, é fundamental reestruturarmos os currículos escolares no sentido de garantir o sucesso dos alunos, acabando com os mecanismos de exclusão e contemplando na construção do conhecimento a perspectiva interdisciplinar, numa abordagem que leve em conta as relações de gênero, a questão étnica e as demais formas de discriminação.

Na área de serviços, a precarização da economia pública se manifesta no rebaixamento ou inexistência de investimentos nos serviços que são de competência do Estado. A falta de provimento de energia, água e saneamento incide na realização do trabalho doméstico. Os serviços de transporte, saúde e educação também têm sofrido deterioração e obrigam as mulheres a incrementar seu tempo de trabalho e o desgaste de energia cada vez que têm que recorrer a estes serviços.

<it>Saúde

<tx>Na saúde houve uma deteriorização dos serviços de saúde, que tem como maior expressão as novas epidemias e pandemias de doenças tradicionalmente associadas à pobreza ex: cólera, dengue, tuberculose e aumento dos níveis de desnutrição. Não existe uma assistência adequada. As políticas de saúde visam a atender a problemas localizados, emergenciais, ou que olham as mulheres apenas como reprodutoras.

Mesmo as políticas emergenciais que buscam soluções caseiras para a superação de problema como a desnutrição exigem uma maior sobrecarga das mulheres, como as responsáveis por encontrar estas soluções cotidianas.

A mortalidade materna afeta fundamentalmente as mulheres pobres, que por sua condição sócio-econômica não têm acesso a serviços adequados durante a gravidez, o parto e o puerpério, além

das mortes por aborto, que permanece ilegal. A mortalidade materna continua sendo uma das principais causas de morte entre as mulheres de 15 a 49 anos.

Emenda 6

Aborto

O aborto constitui-se uma importante causa de mortalidade materna. Em cada 1000 mulheres brasileiras em idade fértil, 18 já sofreram seqüelas de aborto e em cada 4 mulheres submetidas ao aborto clandestino, uma já foi internada com complicações que levaram à esterilidade ou até mesmo à morte.

É, portanto, de grande importância que as prefeituras implantem programas de realização de aborto nos casos previstos por lei (estupro e risco de vida da mãe) junto à rede municipal de saúde, assim como garantir o atendimento na rede pública, em condições humanitárias, às mulheres com problemas decorrentes de aborto, *como mecanismo de romper*

A Aids segue crescendo entre as mulheres, em grande número entre as mulheres casadas. De fato, ainda não houve ações que tivessem interferência na prevenção eficiente da doença.

Emenda 7

Violência

A violência contra a mulher é um problema específico, pois se diferencia das demais formas de violência, nas formas de expressão e enfrentamento. Mas ao mesmo tempo é um problema global, uma vez que está presente em todas as cidades - grandes e pequenas - como também no campo. Atravessa todas as classes sociais, ignorando fronteiras de raças e etnias, culturas e nível de desenvolvimento. Daí afirma-se que se trata de um problema político com caráter epidêmico. Portanto, trata-se de uma questão diante da qual o Estado tem obrigação de formular e implementar políticas públicas que coibam sua manifestação ou agravamento.

Emenda 8

Exploração infanto-juvenil

A exploração infanto-juvenil e os maus tratos atingem patamares assustadores e atualmente o Brasil se encontra na vergonhosa posição de segundo país do mundo em exploração sexual infanto-juvenil, ficando atrás somente da Tailândia.

A imensa maioria das crianças em situação de prostituição foram vítimas de violência/abuso sexual dentro de suas próprias casas e os autores dessas agressões foram membros de sua própria família (pai, padrasto, primos, irmãos).

Além disso há uma rede de exploração de crianças e adolescentes para o sexo turismo e o sexo administrativo.

As diversas estratégias de desenvolvimento que têm sido implementadas não rompem com estruturas de desigualdade presentes entre homens e mulheres e acabam reforçando-as à medida que se fundamentam na divisão sexual do trabalho.

Nossa luta precisa ser para atribuir maior poder às mulheres nas áreas econômicas, políticas, legais e culturais integradas em uma plataforma e estratégia de mudança social e luta pelo socialismo.

<inter>II - Construir a igualdade: construir a luta

<tx>As relações entre os homens e as mulheres, isto é, relações de gênero, são vividas em uma sociedade de classes, com diferentes implicações conforme a raça, etnia e idade. O Estado não é neutro do ponto de vista de gênero, classe e raça. Quando há ações para superar as desigualdades entre homens e mulheres, o Estado tende a reforçar os papéis sexuais tradicionais e as condições de subordinação das mulheres.

*o silêncio que se faz sobre o aborto e garantido esse direito
das mulheres. Além disso, deveremos cumprir os espaços de
resistência e ações que promovam o movimento de mudanças de
legislação, a legalização do aborto.
suavemente de posições fa-*

Em nossa sociedade, o trabalho doméstico não é dividido igualmente entre os membros da família e o Estado não oferece os equipamentos e serviços de apoio à reprodução social para toda a população. Uma constatação óbvia, por exemplo, é que a existência de creches e escolas em período integral que atendessem toda a demanda garantiria melhores condições para o crescimento profissional das mulheres.

A elaboração e implementação de políticas públicas dirigidas às mulheres, certamente, foi uma das áreas de realização inovadora de algumas das prefeituras petistas. Ultrapassamos a experiência dos Conselhos da Condição Feminina, criados nos governos do PMDB, implantando algumas Coordenadorias da Mulher ou organismos afins com dotação orçamentária própria e com poder de execução, que realizaram trabalhos, principalmente nas áreas de saúde da mulher, educação e violência.

Estas experiências foram, entretanto, fruto de muitas batalhas para que o nosso Partido e as administrações petistas reconhecessem a situação histórica de discriminação das mulheres e a necessidade de se inverter a lógica da discriminação. Se é fato que hoje avançamos, ainda temos um longo caminho a percorrer para atingir as condições de liberdade e igualdade.

É fundamental garantirmos que o PT e os governos do partido desenvolvam uma política radical de alteração desta lógica discriminatória do Estado e na sociedade.

A política que defendemos como reivindicações gerais no movimento de mulheres é o que construímos como uma plataforma a ser defendida pelo Partido dos Trabalhadores na sua atuação no movimento e nos espaços institucionais onde o PT intervém e em todos os municípios onde o partido atua, sejam espaços institucionais ou não.

Destacamos algumas reivindicações:

<it:1>Trabalho

<tx>> Colocar em prática programas de incentivo ao emprego para as mulheres, com prioridade para as chefes de família e mães solteiras, garantindo o seu acesso às frentes de trabalho e aos programas de geração de renda e emprego.

- Defesa do serviço público e da qualificação do servidor.
- Garantir a educação profissional para as mulheres.
- Fiscalizar as empresas a fim de garantir salário igual e punir todas as formas de discriminação: sexo, raça, estado civil, orientação sexual e outros.
- Criar programa de combate à pobreza dirigido às mulheres, e em especial para as mulheres negras.
- Reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais.

<it:1>Educação Infantil

<tx>> Aumentar o número de escolas em período integral e com horário de funcionamento adequado ao horário de trabalho.

- Incentivar a construção de creches através de um programa especial de apoio e incentivo à educação infantil.
- Combater as imagens que reforçam a submissão e desqualificação das mulheres, principalmente nos materiais de apoio pedagógico e nos meios de comunicação.

<it:1>Saúde

<tx>> Elaborar um programa de ação emergencial que acabe com a mortalidade materna ou a reduza a índices mínimos, através da assistência ao pré-natal, parto e pós-parto e diminuindo o número de cesáreas. Garantir a implantação e funcionamento do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), incluindo, no caso das mulheres negras, a implementação de detecção de Anemia Falciforme na fase pré-natal ou no nascimento. (Emenda 9)

- Desenvolver um programa que permita às mulheres decidir quantos filhos querem ter, Garantir acompanhamento médico e acesso aos métodos anticoncepcionais que sejam disponíveis e adequados à saúde. Ao mesmo tempo em que deve coibir a esterilização em massa de negras e não-brancas. (Emenda 10)

- Defesa intansigente do direito ao aborto. Implantação do aborto legal nos municípios e Estados

Emenda 11

Violência

<it:3> Violência

- criação do Centro de Referência da Mulher, com atendimento social, jurídico e psicológico para um trabalho de aprofundamento sobre a violência contra a mulher, e realizar levantamento de dados para pesquisa, diagnóstico e perfil sobre a situação de violência específica contra as mulheres;
- criação de abrigos temporários para mulheres e seus filhos que sofreram violência, por período determinado, com o objetivo de ser uma retaguarda para a reestruturação da vida destas mulheres;
- reivindicar do governo estadual a manutenção, expansão e qualificação de delegacias policiais e núcleos especializados no atendimento às mulheres vítimas de violência, com melhoria de suas condições de trabalho e aperfeiçoamento do pessoal;
- implantação de "casas abertas" para mulheres em situação de prostituição com o objetivo de requalificação profissional das mulheres;
- capacitação de profissionais do serviço público para atuar no controle do tráfico de mulheres e exploração da prostituição;
- controle e punição rígida das agências de turismo que exploram direta ou indiretamente a prostituição (quem concede ou cassa alvará é a prefeitura).

Ações preventivas contra a violência urbana:

1. Instalação de postos da guarda municipal em pontos estratégicos da cidade.
 2. Manutenção e ampliação da rede de iluminação pública e soluções para terrenos baldios e/ou residências abandonadas, visando restringir os espaços que se tornam perigosos.
 3. Desenvolver e incentivar campanhas contra a violência, em conjunto com a sociedade civil organizada.
 4. Integrar as bancadas e os governos do campo democrático-popular programando iniciativas de repercussão mais ampla.
- Além disso, o Partido deve contemplar as reivindicações e lutas dos movimentos de mulheres apoiando e encaminhando questões como:
1. luta pela Reformulação do Código Penal visando entre outros a: inclusão no título referente à crimes contra pessoas de agressões de natureza sexual; criminalizar o assédio sexual;
 2. Que o governos cumpram a Convenção Interamericana para Prevenir, Erradicar e Eliminar a Violência contra as Mulheres (OEA - Belém do Pará, junho de 1994).

<inter>III - Política para o movimento de mulheres

<tx>Hoje há diversas avaliações sobre o que significou o movimento feminista no Brasil. No entanto, é corrente a avaliação de que o movimento ampliou e o movimento de mulheres e feminismo tiveram grande influência nas mudanças da situação social das mulheres. No entanto, o feminismo cresceu mas não se organizou.

<it>O feminismo no campo democrático e político

<tx>A maior parte das mulheres organizadas que militam em sindicatos, partidos ou entidades mistas, enquanto mulheres, e que fazem parte campo democrático popular, compartilham do nosso ponto de vista e buscam vincular o feminismo a um processo global de transformação social. Um programa feminista para a maior parte deste movimento deverá levar em consideração a articulação das reivindicações feministas dentro de um programa democrático e socialista.

E é a partir do projeto político que se poderá articular um projeto organizativo para as mulheres. A partir dessas decisões é que se definirá também o campo de alianças e relações inclusive as relações internacionais.

A elaboração feminista do PT principalmente para os programas governamentais, inclusive municipais, há bastante tempo tem colocado a necessidade de articular formas de lutas diretas. E que tenha posições definidas de autonomia frente aos governos, reivindicando intransigentemente a garantia dos direitos das mulheres e uma política que contribua para a construção das condições de igualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos.

<it>É preciso escolher um caminho

<tx>Do ponto de vista das lutas, pressupõe-se partir de uma análise das relações de gênero e da condição das mulheres, elege prioridades que possam modificar a vida do conjunto das mulheres e permitir a estruturação de campanhas que articulem o conjunto da força do movimento de mulheres.

Junto com essa avaliação surgem outras questões: Qual o modelo organizativo necessário para os desafios atuais? Isto recoloca a discussão sobre as formas de organização defendidas por setores do feminismo que, levando ao extremo a negação da existência de coordenações, descentralização, foram também responsáveis por uma grande desarticulação do movimento.

Esse ponto de vista coloca a necessidade de ver os limites dessa maneira de se organizar e encontrar formas de superá-las ante os desafios atuais. Ele hoje não garante a expressão das diversidades e a resposta à necessidade de articulação e respostas coletivas.

<it>As prioridades

<tx>Avaliamos ser importante estabelecer prioridades de trabalho. Na atual conjuntura, é fundamental uma atenção especial para a área do trabalho envolvendo não só a regulamentação dos direitos das mulheres mas, também, a defesa dos serviços públicos. Essa é uma das questões, como vimos na parte de conjuntura, de ataque central do governo Fernando Henrique.

Além disso, na conjuntura atual, tem sido extremamente importante a mobilização das trabalhadoras rurais. E é indispensável ampliarmos esta luta e garantir uma participação das mulheres das diferentes categorias e das companheiras que não estão no mercado formal de trabalho.

Permanece um desafio: lutar pela ampliação da educação infantil e pela implantação do SUS e do PAISM.

Uma das propostas apresentadas na reunião foi a de que a Secretaria Estadual de Mulheres do PT comece a participar do Fórum pela Prevenção do Câncer de Mama e de Útero. Hoje, o Fórum com a participação de dezessete organizações populares, sindicais e feministas.

<inter>IV - Organização das Mulheres no PT

<tx>A participação das mulheres no PT tem buscado, ao longo desses anos, construir as condições necessárias para o avanço do partido como um todo, em relação ao feminismo, ao movimento de mulheres e às questões de gênero, com o objetivo de integrar o conjunto partidário na luta contra um sistema social baseado na injustiça, exploração e opressão das mulheres. Além disso, o próprio fortalecimento da participação política das mulheres tem alimentado o PT na construção dessa nova sociedade mais igualitária. Hoje, a história das mulheres do PT se confunde com a história do próprio partido e tem reconhecimento interno e externo, sendo motivo da legitimidade do partido quando discorre sobre o tema ou implementa ações específicas levando em conta as necessidades políticas das mulheres.

O PT vem avançando na compreensão da necessidade de organização das mulheres, mas o entendimento das questões centrais do movimento de mulheres ainda é muito frágil, persistindo a tendência a ignorar questões específicas ou isolá-las num gueto.

~~na (Odisseu dos S)~~ Constatamos que o discurso feminista do PT melhorou substancialmente, mas cresceu assustadoramente a discriminação subliminar, que intimida e desconcerta pela sua sutileza, deixando as mulheres sem vez e voz. Como na sociedade, o problema do assédio sexual também se apresenta no PT: embora de forma mais sutil, dirigentes ainda utilizam seus cargos como forma de sedução e constrangimento. Isso, sem falar nos problemas graves em relação à ética partidária e aos casos de violência explícita contra as mulheres no interior do partido e em casa. A discriminação e desvalorização se manifesta, freqüentemente, na linguagem agressiva e discriminatória e no tratamento dado aos assuntos femininos, considerados na maioria das vezes piada ou questão menor. Vale ressaltar ainda quão pouco são os companheiros que percebem a relevância da divisão das tarefas domésticas e a praticam no cotidiano.

Se é verdade que, atualmente, o partido incorpora parcialmente o discurso feminista, esta assimilação se dá de forma fragmentada e isolada de sua formulação política geral. Infelizmente a prática desse discurso "politicamente correto" é ainda distante da realidade partidária. Hoje, com a

direita assimilando paulatinamente aspectos do discurso feminista, torna-se mais premente a necessidade do partido mostrar o seu papel histórico nessa luta e construir a sua hegemonia dentro do movimento.

Após quase duas décadas de existência do PT, é importante não só resgatar a participação efetiva e eficaz das mulheres na sua construção, como também as várias etapas da sua organização interna. Inicialmente, foram formados núcleos e comissões de mulheres em alguns estados, mas esta realidade era exceção, considerando-se o conjunto do país. Nessa fase, a militância estava completamente dispersa nos vários organismos do partido. Com o passar dos anos, algumas destas comissões se sedimentaram ou desapareceram e outras transformaram-se em núcleos de movimentos sociais, subsecretarias e recentemente secretarias.

Persistem até hoje estas diferentes formas organizativas no PT, mas as secretarias municipais, estaduais e nacional têm se mostrado a forma de organização mais eficiente e próxima do ideal, já que foram construídas num processo dinâmico vivido no interior do partido, guardando suas diversas características regionais e maior ou menor organicidade. É bem verdade que estas disparidades na forma e no grau de organicidade refletem a realidade do próprio partido. No entanto, dentro do quadro de crise orgânica, é inegável que onde há comissões, núcleos e secretarias, estas impulsionam o trabalho e garantem que o funcionamento do setorial de mulheres seja mais regular.

Os coletivos de mulheres, que juntam companheiras de diferentes núcleos e realidades, precisam começar a trabalhar melhor a consciência específica para a questão de gênero, pois isso não está ocorrendo satisfatoriamente.

É importante ressaltar que as realidades regionais influenciam a forma de organização do trabalho das mulheres. Se o urbano do sudeste contrasta com o rural do próprio sudeste, o que dizer do nordeste, onde o abismo é ainda maior. A organicidade do trabalho de mulheres não significa de forma alguma uma camisa de força e sim o aumento do nível de intervenção interno e externo destas mulheres. Essa interação é essencial para o PT avançar na elaboração política da questão e para termos uma maior legitimidade quando atuamos no movimento em geral, tão segmentado com as ONG's, redes e organismos para-oficiais

Apesar da transformação de Subsecretaria Nacional de Mulheres para Secretaria no ano passado, a sua estrutura ainda é muito frágil, seja pela sua pequena mobilidade, seja pela falta de recursos. Contudo, isto não tem impedido alguns avanços, como por exemplo a edição regular de boletins, reuniões sistemáticas, promoção de seminários e atividades de formação, além da comunicação via Internet por sua homepage.

Com a construção das secretarias de mulheres e com a definição do seu papel ficou mais claro para as militantes petistas de outros movimentos sociais, assim como para o partido em geral, a importância desse espaço de auto-organização. Essas secretarias servem, nos seus respectivos níveis, para construir as condições necessárias para o avanço do PT e para o fortalecimento da participação política das mulheres. Inegavelmente, já foram inúmeras as conquistas internas.

As ações afirmativas, que visam a participação e o crescimento político das mulheres, são aspectos positivos na construção da nossa democracia interna. No entanto, é necessário ampliar essas conquistas e garantir que as deliberações do I Congresso sejam assumidas pelo conjunto do partido e não apenas pelas mulheres organizadas no seu interior.

A implementação de cotas nas direções do PT possibilitou um enriquecedor debate interno e nos deu legitimidade para colocar essa discussão também na sociedade. Num segundo momento alguns sindicatos e a CUT também as adotaram, e, nas últimas eleições, foi instituída a obrigatoriedade de cota de 20% para as candidaturas apresentadas pelos partidos. Esta regra só valeu para as eleições de 1996, mas está tramitando na Câmara Federal projeto que estabelece definitivamente esse dispositivo.

(ordem do 5)
 No PT não há um entendimento correto da importância da participação das mulheres nas diversas chapas em convenções. Há constantemente uma grande depreciação do valor da participação feminina instâncias de poder, o que se manifesta, muitas vezes, na forma humilhante como é verbalizada esta necessidade. Registre-se, ainda, que o afastamento de uma companheira da direção partidária é motivo para que se insinue ou mesmo se afirme que as cotas não funcionam. Costuma-se contabilizar o afastamento das mulheres e, raramente, o dos homens.

Outras questões como a existência de creches nos encontros e reuniões maiores do partido, tem sido objeto de constante cuidado das/os nossas/os dirigentes. Por outro lado, a utilização da imagem das mulheres em materiais de propaganda e jornais tem ficado muito aquém das

expectativas. Este é um problema que merece ser tratado com muito cuidado, assim como o freqüente achincalhe com que são tratadas mulheres adversárias políticas, o que não ocorre com os homens.

Os programas nacionais do PT têm mostrado um enorme avanço e vontade de acertar ao abordar temas sobre a questão da mulher, mas é importante não esquecer as especificidades regionais e raciais. Via de regra, nestes programas, os depoimentos sobre a situação da mulher se restringem à realidade paulista.

Emenda 12

~~Comunicação~~

A imprensa burguesa reforça e reproduz cotidianamente atos de preconceito, discriminação e opressão de gênero, raça e etnia, orientação sexual entre outros.

Para que possamos qualificar este debate se faz necessário implementar ações concretas de revisão no discurso oral e escrito da esquerda.

É verdade que a política de formação tem sido débil para o partido como um todo, mas tem sido mais ainda a promoção de seminários e cursos de formação para as mulheres. O senso comum partidário parece entender que a existência das cotas e da Secretaria Nacional exime o conjunto do partido dessa tarefa.

A existência dos setoriais no interior do partido, enquanto espaço de formulação e implementação de políticas específicas para os diversos setores dos movimentos sociais, oriundos da necessidade política de incentivar a presença e intervenção do PT nesses movimentos tem sido importante e devem ser mantidos e ter regulamentação adequada aos seus objetivos. Devemos reafirmar que os setoriais não são organismos de base e nem de direção geral do partido, e sim organismos de assessoramento às direções, portanto sua forma de reunião e de indicação de militantes para participar das direções partidárias devem obedecer critérios diferentes dos encontros e organismos de base. Dos encontros setoriais, devem participar todos os filiados que se sintam identificados com o trabalho de cada setor, independente do seu organismo de base onde, exercem seus direitos de eleger delegados e direções. Por isso defendemos que os setoriais que se organizam estadual e nacionalmente, devem limitar-se, na sua relação com a estrutura partidária, a indicar seu representante às direções de mesmo nível.

Apesar do balanço da atuação partidária em relação às questões apresentar mais aspectos negativos do que positivos, a Secretaria Nacional de Mulheres do PT tem, em suas discussões internas, seminários e cursos de formação próprios, reafirmado não só a necessidade de reinvestir na aplicação das políticas de ações afirmativas aprovadas no 1º Congresso, bem como a urgente necessidade de critérios internos que tornem a estrutura da Secretaria mais ágil e eficaz. Todos os estados, mesmo onde não tenha sido feito encontro setorial, devem se esforçar para constituir coletivos ou secretarias de mulheres e indicar uma companheira que seja responsável junto à Secretaria Nacional.

A nossa participação e organização é fundamental para garantir a construção de um partido com corte feminista na prática e potencializar nossa intervenção nos movimentos sociais.

Cada Estado decide a forma de constituição da Secretaria Estadual de Mulheres (número de membros, freqüência das reuniões e plenárias etc.) e o Encontro Nacional ~~aprovará a forma de funcionamento e a composição da Secretaria Nacional~~ *da seguinte forma*

A Secr. Nac. é composta...

6º Encontro
Secretaria Nacional de Mulheres do PT

20, 21 e 22 de
Junho de 1997.

Nota: Este texto foi elaborado sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Mulheres do PT, com a colaboração de várias companheiras: Conceição Nascimento Sousa, Ângela Borba, Teresa Cristina Sousa, Leila Cristina, Maria Luíza da Costa, Tatau Godinho, Nalu Faria, Andréa Butto.

c:/enc6nac/nac22jun.doc